



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

Processo Seletivo Público para Estagiários de Direito – 2016

CADERNO DE PROVAS

Recife, 13 de agosto de 2016

INSTRUÇÕES

As instruções contêm informações indispensáveis à realização da prova. Não deixe de lê-las.

1. Este caderno de provas contém as 35 questões que compõem a **Prova Objetiva**, das quais 5 de **Direito Constitucional**, 5 de **Direito Civil**, 5 de **Direito Processual Civil**, 5 de **Direito Penal**, 5 de **Direito Administrativo** e 10 de **Língua Portuguesa**. Ele contém igualmente o espaço para a **Prova Dissertativa (Subjetiva)** e duas folhas para rascunho (as quais são de utilização **opcional**).

2. Na hipótese de o caderno estar incompleto ou com qualquer defeito formal, o(a) candidato(a) deverá solicitar ao fiscal mais próximo que o substitua. **Não** serão deferidos recursos baseados em defeitos formais do caderno de prova.

3. Se o(a) candidato(a) considerar que determinada questão apresenta qualquer defeito de conteúdo, deverá dela recorrer no prazo previsto no Edital nº 01, de 7 de junho de 2016. **Não** será prestado, durante a realização da prova, esclarecimento algum relativamente a defeitos dessa natureza ou quanto à interpretação dos comandos e dos itens das questões.

4. É vedada a consulta e a utilização de livros, códigos, legislação, anotações ou qualquer outro material, bem como a comunicação com qualquer pessoa que não os fiscais que estarão atuando na aplicação da prova de seleção.

5. É vedada a utilização de qualquer equipamento eletrônico durante a prova, inclusive telefones celulares, que deverão ser desligados.

6. A duração da prova é de **3 horas** improrrogáveis, **incluído** o tempo para preenchimento do número de inscrição, do cartão de respostas e da Prova Dissertativa, caso seja usada folha de rascunho. Ao final desse tempo, o(a) candidato(a) que não entregar **imediatamente** o caderno de provas será considerado desistente da seleção.

7. O(a) candidato(a) **não** deverá identificar-se em nenhum lugar do caderno de provas ou do cartão de respostas a não ser naquele expressamente destinado a tal fim e **não** deverá assinar ao final da Prova Dissertativa.

8. As questões da **Prova Objetiva** apresentam alternativas, das quais apenas uma deverá ser marcada, conforme as instruções de cada comando.

9. Compete **unicamente** ao(à) candidato(a), sob sua **exclusiva** responsabilidade, marcar as respostas da **Prova Objetiva** nas quadrículas do cartão de respostas, que será o **único** documento considerado para correção. Serão consideradas **incorretas** marcações **duplas, rasuradas** ou **emendadas**. **Não** haverá, em hipótese alguma, substituição do cartão de respostas em razão de erro do(a) candidato(a).

10. O(a) candidato(a) deverá utilizar caneta esferográfica **preta ou azul** para efetuar as marcações no cartão de respostas. As quadrículas desejadas deverão ser completamente marcadas, sem que seus limites sejam ultrapassados. O cartão de respostas deve ser manuseado com cuidado para que não seja dobrado ou amassado. E, em hipótese alguma, deve ser utilizado corretivo líquido, em fita, ou qualquer outra forma de correção de marcação.

11. O **número de inscrição** do(a) candidato(a) deverá ser grafado e marcado no cartão de respostas na seção correspondente, com caneta preta ou azul, conforme exemplo abaixo (número de inscrição fictício "123456"):

I N S C R I Ç Ã O	1	0		2	3	4	5	6	7	8	9
	2	0	1		3	4	5	6	7	8	9
	3	0	1	2		4	5	6	7	8	9
	4	0	1	2	3		5	6	7	8	9
	5	0	1	2	3	4		6	7	8	9
	6	0	1	2	3	4	5		7	8	9

12. A **Prova Dissertativa** deverá ser feita com letra **legível** em tinta **preta ou azul**. Porções ilegíveis **não** serão consideradas na correção, podendo, portanto, prejudicar a avaliação da prova.

13. A não observância de qualquer uma destas instruções poderá acarretar a **exclusão** do(a) candidato(a) da seleção.

BOA SORTE!



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2016

PROVA OBJETIVA

Número de inscrição:

--	--	--	--	--	--	--

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 01

Sobre o controle de constitucionalidade, examine os itens e marque a opção correta:

(I) – Em razão da cláusula de reserva de Plenário, a declaração de inconstitucionalidade pelos tribunais exige quorum de 11 (onze) membros, entre os mais antigos do respectivo tribunal, replicando o número de ministros do Plenário do STF.

(II) – No âmbito do STF, a exemplo da ação direta de inconstitucionalidade, a ação declaratória de constitucionalidade tem como objeto o exame da constitucionalidade de lei federal ou estadual.

(III) – No controle difuso, a declaração de inconstitucionalidade de lei proferida pelo STF produz efeitos apenas entre as partes do processo.

(IV) – As decisões definitivas de mérito adotadas pelo STF, nas ações diretas de constitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão eficácia contra todos e vincularão o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário.

Quais estão corretas?

- (A) Todos os itens são verdadeiros.
- (B) Apenas três itens são verdadeiros.
- (C) Apenas dois itens são verdadeiros.
- (D) Somente um item é verdadeiro.
- (E) Nenhum item é verdadeiro.

QUESTÃO 02

Examine os itens abaixo, relativos ao Ministério Público, e assinale a opção correta:

I - As requisições de inquérito policial e de diligências investigatórias, expedidas pelo Ministério Público à autoridade policial, possuem caráter obrigatório.

II - Para defender o meio ambiente e outros direitos difusos, o Ministério Público poderá instaurar inquérito civil e propor ação civil pública.

III - Os membros do Ministério Público e do Poder Judiciário compartilham um sistema simétrico de garantias e vedações constitucionais, à exceção da autorização aos membros do Ministério Público para requerer licença para concorrer aos cargos de deputado federal e senador da República.

IV - As funções do Ministério Público Federal podem ser exercidas por integrantes de outros órgãos, quando integrados em força-tarefa criada para lidar com casos complexos, conforme autorização concedida pelo Conselho Superior do MPF, condicionada à supervisão direta do membro ministerial coordenador, tudo em razão dos princípios da eficiência e da colaboração interinstitucional.

- (A) Todos os itens são verdadeiros.
- (B) Apenas três itens são verdadeiros.
- (C) Apenas dois itens são verdadeiros.
- (D) Somente um item é verdadeiro.
- (E) Nenhum item é verdadeiro.

QUESTÃO 03

Em relação aos direitos políticos, examine as afirmações e escolha a alternativa correta:

I - A Constituição Federal garante a integração dos analfabetos à vida política da nação, garantindo-lhes os mesmos direitos políticos dos demais cidadãos.

II - Os candidatos aos cargos de vereador e de deputado estadual devem ter, no mínimo, 21 anos.

III - São inelegíveis, no território da jurisdição do titular, o cônjuge do presidente da República, do governador do Estado e do prefeito, salvo quando candidato à reeleição.

IV - Entre as causas de cassação dos direitos políticos encontra-se a condenação por atos de improbidade administrativa.

- (A) Todos os itens são verdadeiros.
- (B) Apenas três itens são verdadeiros.
- (C) Apenas dois itens são verdadeiros.
- (D) Somente um item é verdadeiro.
- (E) Nenhum item é verdadeiro.

QUESTÃO 04

Em relação aos direitos e garantias individuais, examine os itens abaixo e marque a opção correta:

I - Em que pese o reconhecimento constitucional da casa como asilo inviolável do morador, a Constituição autoriza o juiz a autorizar a realização de busca e apreensão a qualquer momento.

II - Para instruir o inquérito civil preparatório de ação de improbidade administrativa, o juiz federal, a pedido do Ministério Público Federal, poderá autorizar o afastamento do sigilo das comunicações telefônicas.

III - A Constituição definiu que são imprescritíveis os crimes (a) de terrorismo; (b) de racismo; (c) de tortura; e (d) de ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

IV - A Constituição de 1988 vedou todas as hipóteses de penas de caráter perpétuo e cruel, de trabalhos forçados, de banimento e de morte.

- (A) Todos os itens são verdadeiros.
- (B) Apenas três itens são verdadeiros.
- (C) Apenas dois itens são verdadeiros.
- (D) Somente um item é verdadeiro.
- (E) Nenhum item é verdadeiro.

QUESTÃO 05

No que diz respeito aos princípios da República Federativa do Brasil, analise os itens e assinale a opção correta:

I - Nos termos da Constituição de 1988, a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político são fundamentos da República Federativa do Brasil.

II - No Estado Democrático de Direito, todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, salvo em tempo de guerra e nos momentos de intervenção da União nos Estados e Municípios.

III - A independência constitucional dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário impede mecanismos de controle de um Poder sobre o outro, a fim de assegurar a harmonia entre esses entes constitucionais.

IV - No âmbito internacional, a ação da República Federativa do Brasil deve observar, entre outros, os princípios da prevalência dos direitos humanos e da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

- (A) Todos os itens são verdadeiros.
- (B) Apenas três itens são verdadeiros.
- (C) Apenas dois itens são verdadeiros.
- (D) Somente um item é verdadeiro.
- (E) Nenhum item é verdadeiro.

DIREITO CIVIL**QUESTÃO 06**

A denúncia vazia, na locação residencial ajustada por escrito, é possível:

- (A) Ao término do prazo contratual, se este tiver sido de, no mínimo, trinta meses.
- (B) Seis meses após o término do contrato, qualquer que tenha sido o seu prazo.
- (C) Ao término do contrato, qualquer que tenha sido o seu prazo.
- (D) Se o locador notificar o locatário, com trinta dias de antecedência do término do prazo contratual, se tiver sido de, pelo menos, dois anos.
- (E) Se o locador precisar do imóvel para uso próprio, mesmo durante o prazo do contrato.

QUESTÃO 07

Não constitui regra aplicável às doações a que abaixo se destaca:

- (A) A doação dos pais aos filhos importa adiantamento da legítima.
- (B) A doação poderá conter cláusula de retorno do bem ao doador, se sobreviver ao donatário.
- (C) A doação deverá ser feita sempre por escrito.
- (D) É anulável a doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice.
- (E) É nula a doação de todos os bens do donatário, mesmo que ele não tenha herdeiros necessários.

QUESTÃO 08

Assinale a alternativa correta:

- (A) O herdeiro indigno ou renunciante pode representar o falecido na sucessão de seu ascendente ou colateral.
- (B) Por meio de deserdação, qualquer herdeiro legítimo pode ser privado da cota a que tinha direito.
- (C) O incapaz testamentário ativo não pode testar nem revogar o testamento que fez quando gozava de capacidade.
- (D) A cláusula de inalienabilidade no testamento incidirá também sobre os frutos do bem testado.
- (E) O perdão da pena de deserdação poderá ser feito por escritura pública.

QUESTÃO 09

Ficará isento de indenizar a vítima com fundamento na responsabilidade civil o agente que for:

- (A) absolvido no juízo criminal, porque o fato de que foi acusado não constitui crime.
- (B) absolvido no juízo criminal, porque negada peremptoriamente a autoria.
- (C) absolvido no juízo criminal por insuficiência de provas.
- (D) condenado no juízo criminal, mas em seguida anistiado.
- (E) impronunciado no caso de homicídio doloso tentado.

QUESTÃO 10

"Quando o testamento foi aberto, Rubião quase caiu para trás. Adivinhais por quê. Era nomeado herdeiro universal do testador. Não cinco, nem dez, nem vinte contos, mas tudo, o capital inteiro, especificados os bens, casas na Corte, uma em Barbacena, escravos, apólices, ações no Banco do Brasil e de outras instituições, jóias, dinheiro amoldado, livros – tudo finalmente passava às mãos do Rubião, sem desvios, sem deixar a nenhuma pessoa, nem esmolas, nem dívidas. Uma só condição havia no testamento, a de guardar o herdeiro consigo o seu pobre cachorro Quincas Borba, nome que lhe deu por motivo da grande afeição que tinha. Exigia ao dito Rubião que o tratasse como se fosse a ele próprio testador, nada poupando em seu benefício, resguardando-o de moléstias, de pulgas, de tudo ou de morte que lhe quisessem dar por maldade. Item, impunha-lhe a condição, quando morresse o cachorro, de lhe dar sepultura decente em terreno próprio, que cobriria de flores e plantas cheirosas; e mais desenterraria os ossos do dito cachorro quando fosse tempo idôneo, e os recolheria a uma urna de madeira preciosa para depositá-los no lugar mais honrado da casa". (Machado de Assis. Quincas Borba. Cap.XIV)

Analisando o texto acima e considerando a modalidade do ato jurídico mencionado é correto afirmar que:

- (A) Os cuidados com o cão caracterizam encargo e não condição.
- (B) O que o texto denomina condição é termo.
- (C) A morte do cão, por ser condição suspensiva, impedia a aquisição dos bens pelo herdeiro, até que aquele fato ocorresse.
- (D) Os cuidados exigidos pelo testador, por serem condição resolutiva, impediam a aquisição da herança, tendo o herdeiro apenas o usufruto.
- (E) Os cuidados com o cão caracterizam pressuposição, que é modalidade não prevista na legislação brasileira.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**QUESTÃO 11**

Leia atentamente as afirmativas abaixo e atenda ao que se pede:

I. O recurso cabível do "decisum" publicado na vigência do CPC/1973, mas com termos "a quo" (inicial) e "ad quem" (final), quando em vigor o NCPC/2015 submete-se à disciplina do primeiro diploma legal referido, conforme jurisprudência, súmula do TRF-3ª Região e enunciado administrativo nº 2 do STJ.

II. A Nova Lei Processual Civil estabelece que não se submete à remessa necessária a sentença que estiver fundamentada em súmula de tribunal superior.

III. Em execução de sentença, configurada a prescrição intercorrente, o juiz deverá reconhecê-la de ofício, extinguindo o processo sem resolução do mérito.

IV. O Novo CPC positivou no Direito Brasileiro a teoria geral dos precedentes, com o escopo de assegurar a isonomia e segurança jurídica, disciplinando o incidente de resolução de demandas repetitivas, cabível quando houver simultaneamente efetiva repetição de processos, que contenham como controvérsia questão de direito processual e/ou material.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Estão certas apenas as afirmativas I e IV.
- (B) Estão certas as afirmativas I e III e erradas as II e IV.
- (C) Estão certas todas as afirmativas.
- (D) Estão certas as alternativas de nºs I, III e IV e errada a de nº II.
- (E) Está errada apenas a alternativa III.

QUESTÃO 12

Hodiernamente quando se trata de remessa necessária ("ex officio"):

I. Fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, a sentença que julga improcedente o pedido inicial ou extingue o processo sem julgamento do mérito, em ação popular.

II. Independentemente do valor da condenação, das sentenças proferidas contra as pessoas jurídicas de Direito Público com fundamentação em súmula do STF e/ou do STJ, bem como em acórdãos das referidas Cortes de Justiça em julgamentos de recursos repetitivos, é incabível remessa necessária.

III. Estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição todas as sentenças proferidas contra a União, o Estado, o Município e as respectivas autarquias e fundações de direito público, cuja condenação for superior a 60 (sessenta) salários mínimos devendo o juiz ordenar a remessa dos autos ao tribunal independentemente de recurso voluntário sob pena do presidente do tribunal avocá-los.

IV. A sentença proferida em mandado de segurança, que julga procedente o pedido fica sujeita ao duplo grau de jurisdição

V. Estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição todas as sentenças proferidas contra a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público, sempre que a condenação, ou o proveito econômico for de valor certo excedente a 1.000 (um mil) salários mínimos.

Indique a alternativa correta:

- (A) Apenas as afirmativas de nºs I e IV são falsas.
- (B) São verdadeiras apenas as afirmativas de nºs III e IV.
- (C) É falsa apenas a alternativa nº III.
- (D) É falsa apenas a alternativa nº II.
- (E) São verdadeiras todas as afirmativas.

QUESTÃO 13

O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis, como parte e como fiscal da ordem jurídica.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Somente como parte, autor ou réu, poderá praticar todos os atos do processo, inclusive recorrer.
- (B) Tanto nos processos em que officie como parte, quanto nos que atua como "custos legis" ou fiscal da ordem jurídica, como o denomina o NCPC, poderá recorrer, nesta última hipótese desde que a parte cujo interesse deve tutelar, incapaz não recorra.
- (C) O Ministério Público será intimado para intervir no processo como fiscal da ordem jurídica nas causas que envolvam interesse de incapaz, no prazo de 30 (trinta) dias.
- (D) O Ministério Público está legitimado a recorrer tanto nos feitos em que haja atuado como parte, como naqueles em que tenha oficiado como fiscal da lei, independente de recurso das partes, gozando da prerrogativa de prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, sendo isento do pagamento de custas.
- (E) A nulidade do processo por falta de intimação do Ministério Público, nas causas em que era obrigatória a sua intervenção, somente será decretada após a manifestação do órgão ministerial acerca da existência ou não do prejuízo.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa correta:

- (A) Sob a égide do Novo CPC, os prazos para: recursos de apelação, agravo de instrumento, interno, ordinário, extraordinário, especial e embargos de declaração, bem como respectivas contrarrazões são todos de 15 (quinze) dias.
- (B) Para a contestação, contrarrazões e demais recursos o prazo é de quinze dias, exceto o de agravo de instrumento que é de 10 (dez) dias;
- (C) À exceção do recurso ordinário, cujo prazo é de 05 (cinco) dias, todos os demais prazos recursais são de 15 (quinze) dias;
- (D) Foram suprimidos pelo NCPC os recursos de Agravo retido e de Embargos Infringentes, surgindo em substituição a este uma técnica de julgamento estendido utilizada quando a decisão proferida por órgão colegiado não for unânime.
- (E) As incompetências absoluta e relativa devem ser arguidas, respectivamente, em preliminar na contestação e através de exceção no prazo de 15 (quinze) dias.

QUESTÃO 15

Atenda ao que se pede:

I. Do despacho de presidente ou vice-presidente de tribunal que inadmitir recurso extraordinário por intempestividade, mas se constata que houve equívoco na contagem do prazo, por desconsiderar feriado, em razão do qual o prazo foi prorrogado, caberá agravo interno no prazo de 10 (dez) dias para o Tribunal Pleno.

II. O Juízo de admissibilidade de recurso especial e/ou extraordinário deixou de ser competência do Presidente e Vice-Presidente dos TRF's e TJE's passando a ser do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal após a vigência do NCPC.

III. O NCPC no período de "vacatio legis" teve alterado dispositivos legais, pela Lei nº 13.256/2016, os quais passaram a restaurar a competência dos Presidentes ou Vice-Presidentes dos TRF's e TJE's para proferirem juízos de admissibilidade do recurso especial e/ou extraordinário.

IV. É inadmissível recurso especial para reapreciar provas, mesmo que obtidas por meios ilícitos;

V. Do "decisum" que inadmitir recurso extraordinário, por falta de prequestionamento, caberá Agravo de instrumento no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da intimação, quando se tratar de recorrente a Fazenda Pública, para o Superior Tribunal de Justiça;

Assinale a opção incorreta:

- (A) Estão certas apenas as alternativas III e IV.
- (B) A alternativa IV está certa.
- (C) As alternativas I, II e V estão erradas.
- (D) Apenas as alternativas I e IV estão corretas
- (E) A alternativa V está incorreta.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 16

Joana, Procuradora da Fazenda Nacional, deixou de promover a execução fiscal da empresa de propriedade de uma vizinha sua, a pedido desta, sustentando em despacho fundamentado que o crédito tributário se encontrava prescrito. Efetivamente o crédito tributário não era mais exigível, em razão da prescrição.

- (A) Joana praticou o crime de prevaricação;
- (B) Joana praticou o crime de corrupção passiva privilegiada;
- (C) A conduta é atípica, uma vez que não houve infração de dever funcional;
- (D) O crime praticado foi o de concussão
- (E) Joana deveria ter reconhecido a sua suspeição. Não o fazendo, praticou crime de falsidade ideológica.

QUESTÃO 17

Delcídio, servidor do INSS, foi condenado a 2 anos de reclusão pelo crime do art. 313-A do CP, por haver inserido no sistema informático do órgão dados falsos (data de nascimento diversa da verdadeira, para elevar a idade da segurada), possibilitando a concessão indevida de benefício previdenciário de aposentadoria por idade em favor de D. Jorgina, que recebeu as parcelas no período de 10/12/2007 a 10/03/2008. O prejuízo causado ao INSS, no valor de R\$ 2.459,31, foi ressarcido antes do recebimento da denúncia, mediante compensação realizada pelo INSS no benefício que veio a ser concedido, sem qualquer irregularidade, pelo atingimento da idade necessária para a aposentadoria da segurada. A denúncia foi recebida em 21/02/2012 e a sentença condenatória, proferida em 20/04/2015, transitou em julgado para a acusação em data de 30/04/2015. O sentenciado apelou ao TRF, alegando a aplicação do princípio da insignificância, a aplicação do art. 16 do CPB pelo ressarcimento do dano e a prescrição da pretensão punitiva. Analisando o caso, o parecer do Ministério Público Federal deve:

I) reconhecer a aplicação do princípio da insignificância, dado o inexpressivo valor do prejuízo, de acordo com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal;

II) reconhecer a aplicação do benefício do arrependimento posterior (art. 16 do CP) em favor de Delcídio;

III) reconhecer que se operou a prescrição da pretensão punitiva, considerando que o Código Penal prevê que para os crimes com pena não superior a dois anos a prescrição é de quatro anos.

- (A) Estão corretas as assertivas I e II;
- (B) Está correta apenas a assertiva III;
- (C) Estão corretas todas as assertivas;
- (D) Estão corretas as assertivas II e III;
- (E) Nenhuma das assertivas está correta.

QUESTÃO 18

Sobre a prescrição penal, é correto afirmar:

- (A) a prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa;
- (B) a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr, nos crimes instantâneos com efeitos permanentes, do dia em que cessaram os efeitos do crime;
- (C) são reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 60 (sessenta) anos, de acordo com o estatuto do idoso;
- (D) o curso da prescrição se interrompe, relativamente a todos os autores do crime, pelo início ou continuação do cumprimento da pena;
- (E) depois de passada em julgado a sentença condenatória, a prescrição corre durante o tempo em que o condenado está preso por outro motivo.

QUESTÃO 19

Sobre os crimes de falsidade documental, considere as seguintes assertivas:

I) A falsidade ideológica ou intelectual, ocorre quando à genuinidade formal do documento não corresponde a sua veracidade intrínseca.

II) Para a configuração da falsidade ideológica, pouco importa a relevância da informação ou declaração omitida ou diversa da que deveria ser escrita, já que o Direito Penal não pode compactuar com qualquer tipo de alteração da verdade.

III) Se o agente se apossa indevidamente de papel assinado em branco por terceiro e o preenche com dados falsos, em prejuízo deste, deve responder por falsidade material e não por falsidade ideológica.

- (A) Estão corretas todas as assertivas;
- (B) Estão incorretas todas as assertivas;
- (C) Está correta apenas a assertiva I
- (D) Estão corretas as assertivas I e III;
- (E) Estão corretas as assertivas I e II.

QUESTÃO 20

Sobre o crime de tráfico de drogas, assinale a opção incorreta:

- (A) O crime de tráfico de drogas é hediondo, salvo quanto ao criminoso que é primário, tem bons antecedentes e não integra organização criminosa, segundo recente decisão do Supremo Tribunal Federal;
- (B) Configura-se a transnacionalidade do tráfico de drogas com a comprovação de que a substância tinha como destino ou origem outro país, independentemente da efetiva transposição de fronteiras.
- (C) O laudo de constatação preliminar da substância entorpecente constitui condição de procedibilidade para apuração do crime de tráfico de drogas.
- (D) Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem, também configura o crime de tráfico, na tipificação do caput do art. 33 da Lei de Drogas.
- (E) O delito de associação para o tráfico de drogas não possui natureza hedionda.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 21

Acerca dos atos/contratos administrativos/descentralização, identifique a sequência de respostas correta quanto às assertivas abaixo:

I. Ocorre desvio de poder quando o agente público, com uma justificativa inapropriada, reduz a velocidade máxima de uma via a um nível excessivamente baixo com a finalidade de incrementar a arrecadação.

II. Fato do príncipe refere-se a situações de caso fortuito ou força maior que impossibilitam ou dificultam a execução do contrato administrativo;

III. As autarquias gozam do privilégio da imunidade tributária recíproca.

IV. O Conselho Nacional do Ministério Público é órgão da administração indireta da União, cabendo-lhe o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.

V. Nas empresas públicas o capital é 100% público, enquanto que a Sociedade de Economia Mista somente pode ser constituída sob a forma de sociedade anônima.

- (A) V,F,F,V,V
- (B) V,V,V,F,V
- (C) F,V,F,V,F
- (D) V,F,V,F,F
- (E) V,F,V,F,V

QUESTÃO 22

Sobre o poder de polícia da administração pública, responda qual a sequência correta de verdadeiro ou falso nas alternativas abaixo:

I. Fundamenta-se no poder hierárquico conferido à autoridade para restringir certas possibilidades de ação.

II. Compreende apenas a atuação administrativa relacionada com a segurança pública e manutenção da ordem social.

III. É atividade estatal que consiste em limitar o exercício dos direitos individuais e o uso da propriedade privada em benefício do interesse público.

IV. A discricionariedade absoluta é inerente ao poder de polícia.

V. Em se tratando de comportamentos individuais, somente permite a atuação repressiva da administração, e não a preventiva.

- (A) F,V,F,V,V
- (B) V,F,V,V,F
- (C) F,F,V,F,F
- (D) V,F,F,V,F
- (E) F,F,V,V,F

QUESTÃO 23

Acerca dos Terrenos de Marinha, é correto afirmar que:

- (A) Pertencem à Marinha de Guerra e são reservados para fins militares, de vigilância e defesa do território nacional.
- (B) Pertencem à União e têm a natureza de bens dominicais.

- (C) Não podem ser objeto de utilização ou exploração privada, estando seu uso público condicionado aos imperativos de segurança nacional.
- (D) Podem ser objeto de exploração ou uso particular, desde que autorizado pelo Ministério da Marinha.
- (E) Correspondem à faixa de areia banhada pelo mar e devem obrigatoriamente ter uso público.

QUESTÃO 24

Acerca dos princípios da administração pública é correto afirmar que:

- (A) À semelhança do direito privado, o princípio da legalidade no direito administrativo expressa-se no sentido de não contrariedade à lei, ou seja, é permitido tudo aquilo que não seja expressamente vedado pela lei.
- (B) A ampla defesa no procedimento administrativo compreende o direito à representação por advogado ou defensor público de sorte que não sendo a peça de defesa do administrado contra uma infração subscrita por advogado ou defensor haverá nulidade do procedimento, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
- (C) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, viola o princípio constitucional da ampla defesa a exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo.
- (D) O princípio da motivação não está previsto na Constituição, assim a exposição dos fundamentos dos atos e decisões administrativas pode ser dispensado por lei ordinária.
- (E) Pelo princípio da continuidade, não é possível suspender a prestação de um serviço público ao usuário por inadimplemento, desde que este serviço se caracterize como de natureza essencial.

QUESTÃO 25

Quanto à licitação/controle externo, assinale a alternativa correta:

- (A) Organizações Sociais (Lei 9687) contratadas para a prestação de um serviço público não exclusivo estão dispensadas de realizar licitação para contratação de bens e serviços, não estando sujeitas à fiscalização por parte do Tribunal de Contas.
- (B) Sendo a licitação voltada para o único objetivo de proporcionar à administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso, se uma empresa, contratada sem licitação, demonstra que sua proposta era compatível com os preços do mercado, não há ilegalidade.
- (C) Se em uma contratação que comporta, pelo valor, convite, é usada a modalidade concorrência, não há nenhuma ilegalidade.
- (D) A decisão do Tribunal de Contas que imputa débito e multa a um administrador em razão da realização de uma compra sem licitação fora das exceções legais não pode ser objeto de revisão judicial.
- (E) É inexigível a licitação para contratação de uma banda musical porque não há como comparar objetivamente a qualidade dos serviços oferecidos, cabendo à administração a escolha daquele prestador que considere o mais adequado para a realização de seus propósitos.

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 26

Examine o texto abaixo, extraído de discurso do Procurador-Geral da República Rodrigo Janot em seminário sobre grandes casos criminais, realizado em Brasília, em junho de 2016:

"A engrenagem do progresso é irrefreável. Não há força humana, de pessoas ou de grupos, que possa se interpor entre o caminhar coletivo e o futuro. Quando um corpo social está maduro e anseia por mudanças, o poder secular pode até retardar sua implementação, mas jamais impedir os desdobramentos dos fatos.

Se nossos timoneiros não perceberem rapidamente a direção dos novos ventos, certamente estarão fadados à obsolescência democrática. Ficarão, com os seus valores ultrapassados, presos irremediavelmente no tempo do esquecimento e condenados pelo juízo implacável da história. [...]

Temos hoje déficit de representação política. Um descompasso entre o que quer o eleitor e o que faz seu representante.

Afirmo, sem receios de equívoco, que a mudança desejada depende sobretudo da mobilização social."

Com base no excerto, assinale a opção que reflete uma das ideias ali defendidas.

- (A) O Procurador-Geral da República defende mudança do sistema de governo para o parlamentarismo.
- (B) Forças políticas continuarão a reter o progresso institucional do país.
- (C) O sistema político atual não gera sintonia entre a classe política e o eleitorado.
- (D) Cabe ao Ministério Público liderar a população no avanço político.
- (E) Ao se referir a timoneiros, o discurso critica, de forma discreta, a Marinha do Brasil.

QUESTÃO 27

Acerca das regras de **acentuação gráfica** e considerando o novo **acordo ortográfico**, assinale a opção que contenha apenas palavras grafadas da forma recomendada pela regra culta.

- (A) estagio – detêm – constituí – granjear – sagazmente
- (B) antiinflamatório – kantiano – mussulmano – gentileza – inexorável
- (C) cabêlo – refletí – enxofre – arremessássemos – ezorbitar
- (D) diária – mentecapto – pretensão – egresso – esitar
- (E) repará-las – reabilitar – trejeito – perceveijo – obséquio

QUESTÃO 28

No que se refere à forma culta de **flexão nominal e verbal**, assinale a opção que as observa de forma correta.

- (A) Não é correto afirmar que tenham havido erros naquele julgamento.
- (B) Havia seis meses que não ias ao médico; por isso não percebeste a doença.

- (C) Nenhum dos jurados concordaram com os argumentos da defesa.
- (D) A tese de todos os três advogados do réu foram integralmente acatadas.
- (E) A conversa tratou de açúcares, álcools, cônsoles e perdizes.

QUESTÃO 29

Em relação à **regência verbal**, assinale a opção correta, segundo a regra culta.

- (A) O fiscal visou à prova do candidato assim que este a concluiu.
- (B) Pedro chamou a Clara e sussurrou: "Aquele foi a pessoa que discuti várias vezes o assunto."
- (C) Andreia, inteligentemente, sempre preferiu muito mais ler do que assistir novelas.
- (D) Velejar foi o esporte que Bruno se apaixonou.
- (E) O resultado do julgamento agradou ao procurador que o acompanhou; foi aquele a que aspirava.

QUESTÃO 30

Com referência ao uso da **pontuação**, assinale a opção correta.

- (A) Mariana caminhava, quando ouviu uma voz conhecida gritar: "Mariana não esqueça os livros!"
- (B) De acordo com o médico o paciente teria poucas chances de sobrevida, ou seja havia pouco o que fazer.
- (C) Estava escrito, no envelope: "Recife 22 de julho de 2016".
- (D) Joana queria, sobretudo, isto: uma sociedade mais justa.
- (E) Na Primeira Guerra, (1914-1918) usaram-se pela primeira vez armas químicas.

QUESTÃO 31

Examine as frases a seguir.

- (1) O que o advogado expôs ao juiz foram teses concernentes à possível nulidade do processo contra seu cliente.
- (2) Somente a descrição na lei das atribuições de um cargo caracteriza-o como de provimento em comissão.
- (3) Qualificam-se como ato normativo, para controle concentrado de constitucionalidade, aquele que contenha os requisitos essenciais de autonomia jurídica, abstração, generalidade e impessoalidade.
- (4) O réu permaneceu cabisbaixo durante toda a audiência.

A respeito de **elementos da oração** e de **concordância verbal**, assinale a opção correta.

- (A) Na frase 2, sujeito da oração é o trecho "Somente a descrição na lei das atribuições de um cargo".
- (B) Na frase 1, a palavra "nulidade" é objeto direto.
- (C) Na frase 4, o termo "o réu" possui função de sujeito.
- (D) Na frase 3, o verbo "qualificam-se" está corretamente conjugado, para concordar com o termo "requisitos".
- (E) Na frase 2, o verbo "caracteriza-o" deveria estar flexionado no plural, em função do vocábulo "atribuições".

QUESTÃO 32

Acerca dos **elementos da oração**, assinale a opção correta.

- (A) Há sujeito composto nesta frase: "Fomos juntos à Procuradoria da República".
- (B) Existe sujeito simples na oração "São cinco horas".
- (C) O sujeito é indeterminado nesta frase: "Decidiram-se rapidamente as questões preliminares".
- (D) Na frase "A vítima sentiu muito medo do agressor", os termos "do agressor" constituem objeto indireto.
- (E) O substantivo "Mariana" constitui vocativo, nesta frase: "Mariana, a candidata mais bem preparada, obteve sucesso no concurso".

QUESTÃO 33

No concernente ao emprego dos **tempos e modos verbais**, assinale a opção correta.

- (A) A sentença somente poderá ser modificada se a parte sucumbente interpor o recurso apropriado.
- (B) Meus amigos insistem para que eu consigo um novo emprego.
- (C) Obtém-se vitórias aqui e acolá.
- (D) Se imaginasse que seria tão desfavorável o resultado do julgamento, o autor desistia antes mesmo de ajuizar a ação.
- (E) Esforçamo-nos muito para chegar ao aeroporto a tempo, mas foi inútil: o voo partira.

QUESTÃO 34

Relativamente à **colocação pronominal**, segundo a norma culta, assinale a opção correta.

- (A) Ninguém viu-me chegar, e me fui incógnito.
- (B) Se ouviram disparos de arma de fogo pouco antes do crime.
- (C) Carla estava certa de que os amigos emprestariam-lhe apoio.
- (D) Dei-te razão todo o tempo, mas não me escutaste.
- (E) Quantas boas escolas poderiam-se construir, se não houvesse tanta corrupção!

QUESTÃO 35

No atinente à **regência nominal**, assinale a opção correta.

- (A) Por causa de alergia, Pedro tem aversão de crustáceos.
- (B) Servidores públicos precisam ser atenciosos para com aqueles que os buscam.
- (C) Apesar do sucesso na prova de conhecimentos, Cláudio foi considerado inapto com o trabalho, no exame de saúde.
- (D) Mau empregado, Filipe estava passível a ser demitido por justa causa.
- (E) Ando descontente mediante a qualidade de certos políticos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2016**

PROVA DISSERTATIVA (SUBJETIVA)

Número de inscrição:						
-----------------------------	--	--	--	--	--	--

O Ministério Público denunciou José pela prática do delito previsto no art. 299 caput e parágrafo único do Código Penal brasileiro. A denúncia foi recebida em 29/09/2002 e o processo seguiu seu curso normal. Ao final da instrução o juiz julgou procedente a denúncia e condenou o réu à pena de 01 (um) ano, 11 (onze) meses e 10 (dez) dias de reclusão, em regime semi-aberto, mais pagamento de 16 (dezesesseis) dias-multa. A sentença foi publicada em 02.08.2007. O Ministério Público não recorreu da sentença e a defesa do réu, não concordando com os termos da decisão interpôs apelação ao Tribunal de Justiça, fundamentando seu pedido na ocorrência da prescrição.

Da leitura do enunciado, ora exposto, pede-se que se responda: estaria extinta a punibilidade do réu pela prescrição? Em caso de resposta positiva, pede-se que se indique a espécie de prescrição; em caso negativo, indique o motivo pelo qual não teria ocorrido a prescrição.

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

BOA SORTE!

This image shows a single page of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page, leaving small margins at the top and bottom. There is no handwriting or other markings on the paper.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no text or other markings on the paper.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2016

RASCUNHO DA PROVA DISSERTATIVA (SUBJETIVA)

Número de inscrição:

--	--	--	--	--	--	--

RASCUNHO

RASCUNHO